

Plano de Trabalho

A Nova Desigualdade em perspectiva comparada: uma aproximação histórico-institucional

Supervisão: Celia Lessa Kerstenetzky

Pós-doutorando: Daniel Soares Mano Gonçalves

Plano de trabalho a ser desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED), vinculado ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo:

O objetivo central desta pesquisa consiste em, tomando como ponto de partida a fixação da expressão “nova desigualdade” no vocabulário intelectual contemporâneo, responder à questão: quais processos sociais, políticos e econômicos podem ser identificados, neste início de século, como responsáveis pela impressão difusa de que um tipo inédito de desigualdade está sendo gestado? Ao indicar esses processos, buscarei investigar em que medida estes últimos se aproximam ou se afastam de antigas formas de desigualdades, isto é, em que medida as novas desigualdades de fato representam fenômenos inauditos, relacionados a novas circunstâncias, ou constituem somente um retorno de fenômenos antigos, já testemunhados pela história econômica e política.

Palavras-chave: nova desigualdade; institucionalismo; pré-distribuição; redistribuição

Abstract: The main objective of this research is, taking as a starting point the fixation of the expression "new inequality" in the contemporary intellectual vocabulary, to answer the question: what social, political and economic processes can be identified in the beginning of this century as responsible for the widespread impression that an unprecedented kind of inequality is being created? In indicating these processes, I will try to investigate to what extent the latter approach or distance themselves from old forms of inequalities, that is, to what extent the new inequalities do in fact represent unheard-of phenomena related to new circumstances or constitute only a return of phenomena already witnessed by economic and political history.

Key-words: new inequality; institutionalism; predistribution; redistribution

Projeto de Pesquisa:

Não têm sido raras as referências, por parte de economistas e cientistas sociais, a uma nova forma de desigualdade socioeconômica que estaria se desenvolvendo desde algum ponto entre o final do século XX e início do século XXI. O termo “nova desigualdade” vem ganhando uso corrente, e passou a ser empregado em análises tanto acadêmicas quanto jornalísticas e/ou literárias, revelando a pregnância da expressão, isto é, a sensação disseminada de que ela é apropriada para designar um fenômeno ou, mais propriamente, como se verá, um conjunto convergente de fenômenos.

Proponho, com este projeto, atuar em colaboração com a profa. Celia Kesrtenetzy em seu projeto de pesquisa no âmbito do INCT/PPED, do qual extraí parcela considerável dos problemas e questionamentos aqui apresentados. Não pretendo realizar um inventário dos vários sentidos que foram atribuídos ao termo nas últimas décadas, tarefa sem dúvida meritória. Meu objetivo geral, mais modesto, consiste em tomar como ponto de partida a popularização desse termo para investigar os processos sociais, políticos e econômicos que podem ser identificados, neste início de século, como responsáveis pela percepção de que um tipo inédito de desigualdade está sendo gestado. Ao indicar esses processos, buscarei investigar em que medida estes últimos se aproximam ou se afastam de antigas formas de desigualdades, isto é, em que medida as novas desigualdades de fato representam fenômenos inauditos, relacionados a novas circunstâncias, ou constituem somente um retorno de fenômenos antigos, já testemunhados pela história econômica e política.

Em seguida, serão investigados os possíveis fatores determinantes desses recentes processos de divergência, seguindo e ampliando o debate empreendido por autores como Piketty (2014), Atkinson (2015), Banting e Myles (2016), Krugman (2007), entre outros. O enfoque inicial será concentrado nas hipóteses conflitantes do acréscimo de produtividade marginal oriundo do progresso tecnológico como fator explicativo primordial para as crescentes desigualdades salariais, por um lado, e do peso das instituições e normas (formais e informais) que orientam e regulam a atividade econômica, por outro.

Após essas etapas, serão mapeadas e examinadas as principais respostas produzidas no âmbito da economia política contemporânea a esses processos, visando retratar o recente debate público sobre as novas alternativas de políticas de bem-estar social, diante do cenário que se desenha neste início de século. Dentre essas alternativas,

destacamos, a princípio, os modelos de democracia de proprietários (MEADE, 1965); (THOMAS, 2016), (BLASI *et. al.*, 2014), a perspectiva do investimento social (HEMERIJCK, 2018) e o recente debate sobre estratégias pré e redistributivas no combate à desigualdade (ATKINSON, 2015); (KENWORTHY, 2013b); (HACKER, 2012); (WEIL, 2017). Pretendo, mais do que retratar e tipificar os argumentos de justificação e crítica, discernir os valores e princípios de moralidade pública nos quais se encontram calcados, cotejando-os com aqueles do passado, ainda no contexto das antigas desigualdades.

A análise que propomos será desenvolvida em três diferentes dimensões geográficas, que nos permitirão tanto obter uma perspectiva global do fenômeno em questão, como esclarecer algumas particularidades contextuais que marcam seu desenvolvimento, comparando diferentes casos. Iniciaremos nossa aproximação de uma perspectiva global (FREEMAN, 2002); (MILANOVIC, 2016), deslocando em seguida o enfoque para o contexto norte-americano (BANTING e MYLES, 2016); (KENWORTHY, 2013a), onde a ampliação das desigualdades tem se mostrado particularmente aguda nos últimos anos e, por fim, buscaremos apontar os aspectos que aproximam e/ou distanciam a realidade brasileira contemporânea da desigualdade observada alhures, explorando os achados de Kerstenetzky (2017) e indicando algumas das possíveis trajetórias que as condições recentes da economia política nacional parecem sugerir para o médio e o longo prazo. Quanto ao aspecto temporal, referimo-nos à antiga desigualdade em dois momentos: o período da Belle Époque europeia (1871-1914), de níveis extremos (PIKETTY, 2014), interrompida por um período de notável convergência de rendas e riqueza a partir da primeira grande guerra, na qual a desigualdade, além de sensivelmente menor do que no período anterior, passa a ser amplamente percebida como atrelada ao mérito e aos resultados do trabalho árduo e do talento, mais do que da sorte (PIKETTY, 2017); (KRUGMAN, 2007).

Objetivos:

- Caracterizar a nova desigualdade que emerge no século XXI, diferenciando-a da antiga, havida no século XX. Esclarecer os principais aspectos sociais e econômicos que marcam seu desenvolvimento e as atuais e potenciais implicações desse processo.

- Discernir as particularidades assumidas pelo fenômeno nos contextos nacionais (Estados Unidos e Brasil), comparando-os.
- Investigar os fatores determinantes desse processo em escala global e nacional, especialmente aqueles de natureza institucional – não apenas normas e instituições atualmente existentes, mas as trajetórias institucionais de médio e longo prazo.
- Identificar o papel do *welfare state* no processo de emergência da nova desigualdade: teria havido mudanças estruturais nas políticas de bem-estar, responsáveis pela redução de seus efeitos redistributivos? Teria havido, pelo contrário, uma estagnação dessas políticas, tornando-as insuficientes frente às mudanças tecnológicas e econômicas que se processaram nas últimas décadas?
- Mapear e cotejar as principais alternativas institucionais produzidas no âmbito da economia política contemporânea, para fazer face aos principais problemas sociais, políticos e econômicos ocasionados pela emergência da nova desigualdade, não apenas apresentando o recente debate em torno do tema, mas avaliando seus possíveis efeitos sobre a desigualdade, e identificando os valores e crenças que subjazem aos novos desenhos político- institucionais propostos.

Metodologia e marco analítico:

Os dados utilizados nesta pesquisa serão colhidos em algumas bases de dados consolidadas sobre desigualdade em escala global, como o *World Inequality Database*, *OECD Data* e *Our World in Data*, assim como em estudos e relatórios de pesquisadores individuais e agências de pesquisa. Quando necessário, serão utilizadas também pesquisas domiciliares, como a PNAD, complementadas por dados administrativos nacionais, como os do imposto de renda, em linha com as observações metodológicas de Atkinson (2015, pp. 48-51), segundo as quais os resultados das pesquisas domiciliares apresentam notável limitação na mensuração das rendas mais elevadas, devido a taxas de resposta relativamente menores do que em outros estratos de renda.

Para efeitos de mensuração das desigualdades econômicas, priorizaremos o emprego das tabelas de distribuição de renda e riqueza por parcelas da população (decis e percentis), como praticado em diversos estudos recentes sobre o tema. Piketty (2014) esclarece algumas vantagens relativas desses indicadores sobre aqueles de natureza sintética, como os índices de Gini e Theil; enquanto estes últimos fornecem uma medida abstrata e genérica da desigualdade, as tabelas de distribuição, além de oferecer um retrato mais concreto e próximo da economia real, isto é, dos valores efetivamente auferidos pelas distintas parcelas da população, esclarecem as relações distributivas entre essas parcelas. Segundo Piketty (p. 190): “The social reality and economic and political significance of inequality are very different at different levels of the distribution, and it is important to analyze these separately”, ou seja, há fundamento em se conhecer as proporções específicas da apropriação de renda e riqueza, tanto de um ponto de vista normativo, de justiça distributiva, como de eficiência econômica.

Na etapa seguinte da pesquisa, de avaliação dos determinantes da nova desigualdade, empregaremos a abordagem do institucionalismo histórico, (HALL e TAYLOR, 2003), com o fito de explorar e desenvolver o *insight* de pesquisadores como Piketty (2014, 2017), Atkinson (2015), Weil (2017) e Krugman (2007), segundo os quais os processos de divergência observados nas últimas décadas se relacionam a variáveis institucionais, tais como o declínio dos sindicatos, a desregulamentação do mercado de trabalho, a retração das políticas de bem-estar social e a emergência de uma cultura hipermeritocrática, na qual se enfraquecem os freios morais à obtenção de rendas extraordinárias, tanto do trabalho como do capital. A abordagem institucionalista histórica nos parece especialmente compatível com a concepção implícita dos termos “instituições” e “normas” tais como aparecem nos estudos mencionados: “procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política” (HALL e TAYLOR, 2003, p. 196). A escolha desse marco analítico, ao contemplar a dimensão histórica, permite-nos investigar as dinâmicas institucionais de médio e longo prazo, avaliando o impacto da trajetória institucional - o *path dependence* - sobre os diferentes contextos nacionais em estudo, bem como as forças capazes de promover quebras, mais ou menos significativas, dessas trajetórias consolidadas. Convém, por último, destacar a pertinência de uma abordagem que contempla os aspectos informais das instituições, pois, como sugerem Hall e Taylor (2003, p.199) “As estratégias induzidas por um

contexto institucional dado podem fossilizar-se ao longo do tempo e tornar-se visões de mundo”, de modo que nem sempre transformações de natureza formal se traduzem em imediata transformação nas ações dos agentes econômicos.

Cronograma:

Primeira Etapa:

Março/Abril:

Levantamento bibliográfico ampliado

Coleta e análise de dados relativos à desigualdade em escala global

Pesquisa teórica sobre a nova desigualdade

Estudo histórico-comparativo entre a antiga e a nova desigualdade

Maio/Junho:

Coleta e análise de dados relativos à desigualdade norte-americana

Pesquisa teórica sobre os fatores determinantes da nova desigualdade

Pesquisa teórica sobre a trajetória institucional norte-americana

Estudo comparativo entre a dinâmica das desigualdades global e norte-americana

Julho/Agosto:

Elaboração de *paper* contendo os principais resultados de pesquisa obtidos até o momento

Segunda Etapa:

Setembro/Outubro:

Coleta e análise de dados relativos à desigualdade brasileira

Pesquisa teórica sobre a trajetória institucional brasileira

Estudo comparativo entre a dinâmica das desigualdades global, norte-americana e brasileira

Novembro/Dezembro:

Pesquisa teórica sobre as principais respostas produzidas, no âmbito da economia política contemporânea, à nova desigualdade

Janeiro/Fevereiro:

Elaboração de *paper* contendo os principais resultados obtidos na segunda etapa da pesquisa

Bibliografia Preliminar:

ATKINSON, Anthony; PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel. Top Incomes in the Long Run of History. *Journal of Economic Literature*, v. 49, nº1, 2011.

ATKINSON, Anthony. *Inequality: what can be done?*, Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2015.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton. Two faces of power. *The American Political Science Review*, vol. 56, n. 4 (Dec. 1962), pp. 947-952.

BANTING, Keith; MYLES, John, “Framing the New Inequality: The Politics of Income Redistribution in Canada”, IN D.A. Green, W. Craig Riddell, France St-Hilaire

(eds), *Income Inequality: the Canadian Story*, Institute for Research on Public Policy, 2016.

BLASI, Joseph; FREEMAN, Richard; KRUSE, Douglas. *Citizen's Share - Reducing Inequality in the 21st Century*. New Haven: Yale University Press, 2014.

FELDSTEIN, Martin. *Income Inequality and Poverty. NBER Working Paper 6770*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1998.

FRANK, Robert. *Falling Behind: How Rising Inequality Harms the Middle Class*. Berkeley: University of California Press, 2007.

FREEMAN, Richard. *Inequality around the world*. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2002.

GROH-SAMBERG, Olaf, *Persistent and rising social and economic inequalities: evidence and challenges*. IN: WULFGRAMM, M. et al. (eds.) *Welfare state transformations and inequality in OECD countries*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016.

HACKER, Jacob. *The institutional foundations of middle-class democracy*. *The Journal of the European Left*, Summer/Autumn 2012, Vol. 7 Issue 1, 2012.

HALL, Peter A. e Taylor, Rosemary C. R. *As três versões do neo-institucionalismo*. *Lua Nova*, n.58, p.193-223, 2003.

HEMERIJCK, Anton. "The Quiet Paradigm Revolution of Social Investment in The European Union", IN: Isabela Soares Santos & Paulo Henrique de Almeida Rodrigues (eds.), *Social risks and policies in Brazil and Europe: convergences and divergences*. Editora Hucitec, 2018.

HUBER, Evelyne; STEPHENS, *Democracy and the Left: Social Policy and Inequality in Latin America*. Chicago/London: The University Of Chicago Press, 2012.

KERSTENETZKY, Celia. *O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Foi um pássaro, foi um avião? Redistribuição no Brasil no século XXI, *Novos Estudos CEBRAP*, vol.36, n.2, pp.15-34.

KENWORTHY, Lane. *Social Democratic America*. New York: Oxford University Press, 2013a.

_____ What's wrong with predistribution. *Juncture*, [s.l.], v. 20, n. 2, p.111-117, set. 2013b.

KRUGMAN, Paul. *The Conscience of a Liberal*. New York: W. W. Norton & Company, 2007.

MANKIW, Gregory. Defending the One Percent. *Journal of Economic Perspectives* v.27, n° 3, Summer 2013.

MEADE, James. *Efficiency, Equality and the Ownership of Property*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

MILANOVIC, Branko. *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization*. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

_____ *Increasing Capital Income Share and its effects on Personal Income Inequality*, IN: H. Boushey, J. Bradford Delong & M. Steinbaum (eds.), *After Piketty*, Harvard University Press, 2017.

PAUL, Ellen; MILLER, Fred; PAUL, Jeffrey. *Should Differences in Income and Wealth Matter?* Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PIKETTY, Thomas. *Capital in the Twenty-First Century*. The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

_____ *Toward a reconciliation between economics and the social sciences*, IN: H. Boushey, J. Bradford Delong & M. Steinbaum (eds.), *After Piketty*, Harvard University Press, 2017.

SCHEVE, Kenneth; STASAVAGE, David. *Taxing the Rich: A History of Fiscal Fairness in the United States and Europe*. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 2016.

STEINMO, Sven. The Evolution of Policy Ideas: Tax Policy in the 20th Century. *The British Journal Of Politics And International Relations*, [s.l.], v. 5, n. 2, p.206-236, maio 2003.

STIGLITZ, Joseph. *Rewriting the Rules of American Economy*. New York: W. W. Norton & Company, 2016.

THOMAS, Alan. *Republic of Equals – predistribution and property-owning democracy*. Oxford University Press, 2016.

WEIL, David “Income inequality, wage determination, and the fissured workplace”. IN: H. Boushey, J. Bradford DeLong & M. Steinbaum (eds.), *After Piketty*, Harvard University Press, 2017.

WILKINSON, Will. Thinking Clearly about Economic Inequality. *Policy Analysis*, n° 640, jul-2009.

WULFGRAMM, M. et al. (eds.) *Welfare state transformations and inequality in OECD countries*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016.